

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E CIDADE: UMA QUESTÃO POLÍTICA *HISTORY, HERITAGE AND CITY: A POLITICAL ISSUE*

Ironita Adenir Policarpo MACHADO¹

Resumo: História, patrimônio e cidade constitui a tríade basilar das relações de poder de grupos sociais pela definição de suas identidades na construção do lugar onde vivem. Essas relações são focos de tensão capazes de colocar a cidade em perspectiva. Essa problemática constitui o fio condutor das reflexões que compõem o artigo que ora apresentamos, objetivando indicar possibilidades de estudo da história local e regional e sua didática, na perspectiva da educação patrimonial.

Palavras-chave: História. Patrimônio. Identidade.

Abstract: History, heritage and city make up the founding triad of social groups power relations due to the definition of their identities when building up the place where they live. Such relations are sources of tension that can put the city in perspective. The problematic is the underlying theme of the reflections that constitute this paper, with the aim of showing possibilities for the study of both the local and regional history and its didactics, from the perspective of heritage education.

Key words: History. Heritage. Identity.

Discutir história, patrimônio e cidade como uma questão política significa assumir a premissa de que esta tríade está na base das relações de poder de grupos sociais pela definição de suas identidades na construção do lugar onde vivem. Dessa forma, a produção do conhecimento histórico, os estudos e as práticas educativas em torno do patrimônio são caminhos permanentemente tracejados por identidades. Essa questão é aqui enfocada através de reflexões de três perspectivas: a produção historiográfica e identidade; a cidade como construção do lugar de vivência; e a educação patrimonial como democratização do direito de identificação.

A discussão a respeito da recepção do conhecimento histórico nasce junto à produção historiográfica e são múltiplos os objetivos, os significados e as leituras possíveis de se fazer, uma vez que a identidade, implícita ou explicitamente, as

¹ Doutor em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora do Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História da Universidade de Universidade de Passo Fundo;

entrecruza. Portanto, questionamos: a produção historiográfica está endereçada a quem, para quem ou para quê? Caso não tenhamos preocupação com as possíveis respostas para essas questões, o conhecimento torna-se infértil do ponto de vista político e ético de seu produtor. A esse respeito Habermas diz que:

A espécie humana assegura sua própria existência num sistema de trabalho e de autoafirmação violenta; a espécie humana herda por mediação da tradição formas de vida, comunica-se por intermédio da linguagem coloquial; assegura a identificação do indivíduo em relação às normas grupais, mediante a identidade do Ego. Desta maneira, o interesse, guia do conhecimento, determina a função do Ego no seu processo adaptativo às condições externas de existência que permeia sua formação no contexto comunicativo da vida social, construindo uma identidade oriunda do conflito entre as pretensões impulsivas e a coerção social. Tais pretensões são sublimadas na força produtiva acumulada de uma sociedade, na tradição cultural com que uma sociedade se auto define e nas formas de legitimação aceitas ou rejeitadas pela própria sociedade (HABERMAS, 1983, p. 309).

As palavras de Habermas, de certa forma, sintetizam o que preconizamos para a cultura historiográfica regional, aqui entendida pela produção de conhecimento histórico realizada pelos não-historiadores², pois ela representa, por um lado, uma forte manifestação da busca/manutenção de identificação por parte de um grupo social específico inserido em uma coletividade, vivenciando um contexto de profundas mudanças históricas, que promove um sentimento de esfacelamento em relação ao que até então parecia cimentado como identidade individual e social. Os autores buscam, através da tradição cultural, sua auto definição como forma de assegurar sua própria existência social, e o fazem sob um conjunto de articulações verbais e práticas, sendo respaldados pelas instituições a que estão filiados e demais integrantes do grupo social a que pertencem, como legitimação de poder na hierarquia social. Por outro lado, os autores apresentam uma produção de “conhecimento histórica” respaldada em concepções teórico-metodológicas questionáveis e fragilizada diante do atual reexame paradigmático e das novas produções historiográficas.

Diante disso, é necessário que o objeto da produção historiográfica, a análise da história regional seja operacionalizada com base em princípios teórico-metodológicos revisitados como aqui indicaremos. Assim, teremos a possibilidade de pensarmos sobre o confronto entre as diversas situações nas quais, tal como num

² Referimo-nos aos pesquisadores da história da cidade, município e da região sem formação em história como os advogados, médicos, jornalistas, entre outros, que tradicionalmente estão ligados aos partidos políticos, às elites cultural-familiar-políticas que se sente herdeiros de uma responsabilidade de “vigiar” a memória de seus antecessores.

prisma, a cidade vai se perfilando nos seus focos de tensão, nos seus campos problemáticos e potenciais, configurando-se num referencial que permite colocar a cidade em perspectiva. Por exemplo, no referencial dos tempos biográficos, do homem comum, do evento cultural da comunidade, é toda a pulsação da vida política, cultural, socioeconômica que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre história e percursos diversos, são os desenhos da cidade (história municipal, urbana, arquitetônica, política, geográfica, antropológica, patrimonial, políticas públicas, privado vs. público etc.) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço. E isso remete igualmente à questão de composição de identidades da cidade e dos sujeitos que a habitam.

Diante dessas inferências e de acordo com o pensamento de Le Goff (1990, p. 50), pensamos que a história da história e a análise historiográfica devem ultrapassar a preocupação com a produção historiográfica acadêmica e, também, contemplar criticamente todo um conjunto de eventos que constituem a cultura histórica. Portanto, “a cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado”. Trata-se de compreender que a história “está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores”.

Partindo deste preâmbulo de caráter emblemático e geral e da ideia de que a produção historiográfica nunca será uma obra completa e sem erros, porque a história de um povo não é assunto que se possa elucidar à primeira investida e sob um olhar, sem o concurso de outros obreiros e as ponderações judiciosas da crítica, vamos doravante circunscrever a reflexão sobre a construção de identidade pela produção historiográfica, espaços de memória e lugares educativos.

A questão colocada refere-se a uma dinâmica relação, concebida pela *didática da história*, como o sentido e a finalidade da “historiografia” produzida e na proposição de obras, monumentos, eventos festivos, etc., constituírem-se em lugar de memória como forma de manutenção e reconhecimento de existência social de determinados grupos culturais, que se unem por uma memória que lhes dá os laços identitários. Podemos pensar, ainda, que a “produção historiográfica” significa uma forma desse grupo social se imaginar e se perpetuar, ou seja, de projetar seu poder na linha do tempo.

Nesse sentido, podem-se constatar alguns conflitos, contradições e disputas com referência ao “resgate” histórico, à criação de espaços e acervos, à produção historiográfica sobre os municípios e as regiões, bem como em nível nacional, centrando-se no interesse político-econômico, e muitas vezes resultando na despreocupação de alguns administradores para com a pesquisa e representação

histórica e cultural em suas localidades-cidade. Em contrapartida, outros se preocupam com a construção e estruturação de espaços destinados à memória, promoção de eventos e elaborações historiográficas, vislumbrando alternativas e investimentos no setor turístico. Já outros grupos se voltam a esses instrumentos e às iniciativas histórico-culturais de forma personalista – memória de família, antecessores políticos, etc. – exaltando determinados personagens em detrimento de outros, ou seja, visando enaltecer determinadas posições ou legitimação das mesmas.

Essa forma de se imaginar e se perpetuar de grupos político-culturais por meio da “produção historiográfica”, da criação de espaços de memória, deve-se à ameaça de esfacelamento de sua memória, que representa, pelo sentido e significação das vivências passadas, a sua própria existência social presente numa sociedade que se apresenta sob o signo do global, do individual, do virtual, da intransparência do poder de Estado providencialista, protecionista e unificador e da ausência de “grandes” líderes políticos. Enfim, as mudanças promovidas pela modernização e modernidade, assim como o surgimento de uma multiplicidade de lugares de memória motivaram grupos culturais, por um lado, a cooptarem para si o estigma de guardiães de memória-nacional e memória-regional, e, por outro, a afirmarem ou reafirmarem um *lugar* com base no local e em seus poderes correlatos.

À luz das reflexões de Baczko (1986, p.310), quando se refere ao imaginário social como um meio potencial de controle da vida coletiva e, especialmente, do exercício da autoridade e do poder, entendemos que “às relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento”.

Aqui, destacamos que, ao referenciar o local, estamos enunciando tanto o município quanto a região, como lugar de vivência, portanto, construído socialmente. E o jogo de poder, o conflito como imaginário, também estabelece fronteiras socioculturais quando são integrantes de uma rede de elaborações, estratégias de legitimação pela pretensa dominação do imaginário coletivo. Para ilustrar essa afirmação, sobre as redes de elaboração em que podem se constituir os jogos de poder pela definição de identidade³, coloca-se o seguinte caso: é perceptível, especialmente nos períodos de comemoração do aniversário do município, por meio das obras, de iniciativas políticas e de eventos sobre a história do município, a qual, além de outros

³ Seria pertinente a realização de pesquisa histórica sobre a relação entre as academias de Letras municipais/estaduais/nacional e as secretarias municipais e estaduais de Educação e Cultura ações do Ministério da Educação e Cultura, como também com outras instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

problemas, aguça certa disputa pelo controle da memória, assim como uma disputa pela memória entre escritores, pesquisadores, historiadores diletantes e profissionais, políticos, entre famílias, etc. Convergindo para essas questões, no que se refere à história na cidade, seja através dos “festejos”, da construção de espaços de memória ou da produção historiográfica, colocamos o sentido de orientação à práxis social, valendo-nos das palavras de Pollack, que, ao tratar do enquadramento da memória, afirma:

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estável e sólida que se possa parecer, tem sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se acordar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (POLLACK, 1989, p. 12).

As palavras do autor nos conduzem à primeira síntese: as produções historiográficas representam criações na práxis existencial que asseguram, ao mesmo tempo, a perpetuação da memória de grupos sociais e instituições que lhes são precedentes e que possuem a “história incorporada” – porque estão presos a elas pela vivência ou pela tradição, enquadrando-as, assim, como forma de manter seus laços de identidade e sua própria perpetuação, visto que determinados autores ou promotores de “eventos”, por representarem grupos sociais e instituições distintas das demais perante os conflitos do momento atual, disputam memórias e, por meio delas, o controle do imaginário e da memória coletiva, conseqüentemente, das relações e posições na hierarquia de poder. Entretanto, nesse jogo de poder pela manutenção de sua identidade, e até mesmo como “estratégia de marketing” político, pelo enquadramento de memórias frente às austeridades históricas do presente, desconsidera-se o contexto que as promoveu e sustenta-se sobre um passado que não potencializa mais o viver presente.

Portanto, o contexto das transformações históricas desconsiderado pelos autores e agentes “político-culturais”, paradoxalmente, é o próprio motivador de sua criação como lugar de memória. Pelas afirmações de Nora (1993), trata-se do fim da história-memória perante a aceleração da história, daí brotando o desejo de retorno às origens e de sua cristalização, porque esse momento faz com que “a consciência da ruptura com o passado se confunda com o sentimento de uma memória esfacelada” (1993, p. 7) e, assim, as produções lhes dão um sentido de continuidade, de pertencimento, enfim, de distinção na hierarquia social.

Nesse sentido, a função do conhecimento histórico produzido por determinado grupo cultural pode ser identificada, nas palavras de Pollack, como:

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das integrações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...] em tentativas mais ou menos ou conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, [...] eis as duas funções essenciais da memória coletiva (POLLACK, 1989, p.9).

Com essa consideração, passamos a outro ponto de nossa síntese: a memória que une um grupo cultural a outros, por eles enquadrado na práxis existencial, e desempenha a função de dar e garantir aos grupos sociais uma posição no mundo social pelo lugar de origem e reforço do sentimento de pertencimento dá origem aos laços de identidade. Porém, ao reforço do sentimento de pertencimento, instaura-se um jogo de poder pela definição de mundo social, criando distinções e exclusões, pois o fazem a partir de seu imaginário, que concebe o lugar de origem sob ideias e parâmetros unilaterais e tradicionais, os quais, por meio das estratégias de poder, impõem e constroem um imaginário social. Portanto, por exemplo, concebem o lugar de origem ligado ao Estado nacional sob a ideia de nação; a região/Rio Grande do Sul sob a ideia de povo gaúcho; e local/município como extensão dos anteriores, fruto da ação de elites políticas e culturais, da Igreja Católica e dos imigrantes. Assim, fazem com que as desigualdades “desapareçam” porque rejeitam tudo o que não corresponde ou não se enquadra em identidades nacional, estadual e municipal, imaginadas em princípios elitistas e que potencializam no cotidiano a exclusão já contida na memória que os une.

Uma das problemáticas, além dos fatores intelectuais da lida com a memória, por exemplo, está na implantação de lugares de memória e nas festas comemorativas ligadas à história-política – emancipação – dos municípios, da história urbana da cidade, etc., momentos em que a maioria dos sujeitos e seus grupos não entendem a ação, o ocorrido, e com sua cultura popular não reconhecem nem o sentido de muitas denominações, configurando-se numa comemoração de poucos, mas imaginada como de todos, pois a escolha, o planejamento e o desenvolvimento da atividade não é fruto de um ato democrático, o que caracteriza uma espécie de “vigilância comemorativa”⁴. Dessa forma, as significações correspondem à memória de determinado grupo

⁴*Vigilância Comemorativa* corresponde a todas as formas de manifestação coletiva como forma de vivificar, recordar, zelar para que não haja esquecimento de vivências passadas, representadas em construções de lugares de memória, sendo esses referenciados, enaltecidos e reconhecidos. Para tal, ver Nora (1993, p. 13).

sociocultural e constituem o elo que o une, definindo os laços de identidade. Assim, petrifica-se o passado no presente e, rememorando-o de forma coletiva, protege-o contra as ameaças do presente, dando-lhe um sentimento de continuidade e reconhecimento de existência social e disso brota a necessidade de “vigilância comemorativa”.

Chegamos, pois, ao cerne daquilo que consideramos mais importante no que se refere ao papel da produção historiográfica para a orientação social: a história como meio para criar identidades. Nesse sentido, lançamos a última questão: as obras, os autores, os lugares de memória, os eventos comemorativos, etc., que compõem a cultura historiográfica regional, conseguiram construir uma identidade correspondente ao real vivido da coletividade regional capaz de contribuir para a orientação social? A resposta já se encontra desde o início destas reflexões e reside na diferença entre história e memória.

Para enfocarmos tal diferença, que nos indicará a resposta à questão levantada, valemo-nos das palavras de Nora:

A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaico. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer [...] que há tantas memórias quantos grupos existem [...]. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas (NORA, 1988, p. 9).

A memória representa vida, sempre unindo grupos pelo sentimento de pertencimento; é aberta, diversa e em permanente dinâmica; quando sobre ela se exerce uma regulação, como o seu enquadramento numa escrita, tende à tradição, à reconstituição de um passado uniforme e sem lacunas. A história não é o absoluto, nem a sacralização e o uniforme; ao contrário, tendo a memória por objeto, ela a dessacraliza, desmistifica; é apenas representação do passado e o faz com crítica e reflexão, pois tem suporte de um aparato metodológico e orientação de uma problemática para a interpretação. Portanto, as obras não deixam de ser uma “construção de identidade” e têm um sentido de orientação à sociedade, mas o são em função de interesses e crenças de um imaginário restrito a determinados grupos culturais.

O sentido de criar é a própria condição para a vida, que representa a busca permanente da manutenção da existência social e de seu reconhecimento. Desse esforço na convivência social no transcurso do tempo é que brotam elementos de identificação para a construção de identidade. Eles são o próprio sentido de criar,

sentido, portanto, da vida, que une ou separa grupos humanos, dinamiza ou paralisa, mantém ou transforma as condições humanas em suas trajetórias na dinâmica do tempo, na diversidade de lugares e de grupos.

Voltando aos chamados “lugares”, Cardoso (2007) deixa entender, em sua discussão sobre a construção do espaço, que o lugar define-se como autoconstrução ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço; são as ideias mais ou menos materializadas, que os habitantes têm de suas relações com seu território, com suas famílias e com os outros; ideia variável de acordo com a posição que os indivíduos e grupos ocupam no sistema social. Assim, o lugar caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constitui.

Entretanto, tomando o lugar como sendo a “cidade” e a ideia de lugar que garante identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constitui contraditoriamente, trazem consigo o não-lugar. Aqui tomamos o termo não-lugar para designar os espaços que constituem o lugar dentro da cidade, mas que não se reconhecem pertencentes dela pelas relações econômicas, políticas e histórico-culturais, ou seja, “não integra a si os lugares antropológicos” (CARDOSO, 1997) que o passado criou, os quais são especializados, delimitados, transformados em lugares de memória que funcionam como símbolos de alteridade do passado em relação ao mundo de hoje, não de sua integração ao presente.

Assim, pensando a história na cidade tendo por referência a concepção de lugar e não-lugar, podemos dizer que existem duas cidades: a cidade – o *lugar* – que reconhece lugares de memória e através da história faz a “vigilância comemorativa”; e a cidade – o *não-lugar* – que não reconhece a história, os lugares de memória, a comemoração, portanto, não se reconhece pertencente à cidade e à sua história.

Esse processo dinâmico significa a base sobre a qual devemos colocar a investigação histórica. Dessa forma, talvez, possamos pensar em construção de identidades no plural de diferenças e semelhanças, nas rupturas, permanências e continuidades temporais, frente à crise da modernização, encontrando, então, orientações para a existência histórica. Assim, encerramos esta parte das reflexões indagando: cidade, que lugar é este? Seria o contexto sociocultural em que estamos inseridos o ponto de partida, de referência, para pensarmos identidades? Quem somos, afinal, todos nós? Que cidade é esta? Pensar um *projeto de cidade* e de *sociedade* significa primeiro, conhecê-los.

O que justifica tais afirmações e interrogações é o fato de que as identidades culturais “são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (SANTOS, 1997, p. 135). Nesse sentido, diz que

mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, a de homem, países africanos, países latino-americanos ou países europeus esconde, negociação de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação, responsável em última instância pela sucessão de configurações, hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. “Entendendo as identificações, além de plurais, como dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções, assim, a questão da identidade é semifictícia, seminecessária (Id., p. 136).

O autor argumenta e exemplifica sua tese com base no paradigma de que a modernidade e sua crise demonstram o processo histórico de contextualização e de recontextualização de identidades culturais: com o paradigma da modernidade optou-se pela subjetividade abstrata em detrimento da subjetividade contextual, optou-se pela subjetividade individual em detrimento da subjetividade coletiva. Em outros termos, a subjetividade do outro é negada pelo “fato” de não corresponder a nenhuma das subjetividades hegemônicas da modernidade em construção: o indivíduo e o Estado.

Diante da crise do paradigma da modernidade e da constituição de um novo paradigma, provisoriamente denominado pós-moderno, desenvolve-se, neste período, uma revisão conceitual na busca de alternativas. Neste sentido, Santos destaca que “a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos [...] nomeadamente o vínculo nacional, classista, racial, étnico e sexual.” (Ibid., p. 135 -136).

Portanto, cada vez mais, cresce a busca por uma identidade particular, a reivindicação pela autonomia, o desejo de afirmação da singularidade de cada região ou local. Nesse sentido, pensamos que os municípios que desejam um desenvolvimento sustentável, adequado a seus recursos e necessidades de seus munícipes, devam pensar num projeto de cidade baseado na realidade que lhe constitui, inserido numa totalidade, na pluralidade cultural que constitui a sociedade local, produto de sua historicidade – daí a importância de uma revisão historiográfica, de novas pesquisas sobre a história regional e a local, do ensino de história local, da cidade, da educação patrimonial, inserindo-as nas escolas através da ressignificação curricular.

Só assim poderemos responder às questões sobre quem se é e que sociedade se quer. Aí teremos justificativa para estabelecermos um plano de ação, visando ao desenvolvimento de nossas atividades e à conquista da cidadania. Isso, significativamente, é construir e crescer com a cidade. Esse processo, necessariamente,

perpassa a implantação de políticas públicas em diversas áreas e setores, possibilitando a participação de todos os munícipes.

Destacamos, aqui, as atividades de reconhecimento, socialização e educação patrimonial. Considerando as circunstâncias deste texto, faz-se necessária uma delimitação do debate. Portanto, delimitamos a problemática em torno da história-memória, da cultura e da educação como patrimônio, pensando num projeto de cidade incluyente. Assim, as noções de identidade, cidade e projeto perpassando as palavras iniciais sobre as concepções de história/ memória, de cultura e de educação.

A função sociocultural da história e de seu ensino pode ser pensada com base nos seguintes questionamentos: O projeto ao qual estamos dispostos a nos debruçar e trabalhar está sendo proposto de que lugar? Sob que valores, ideias e propósitos? Para quem ele está sendo pensado? À qual totalidade sociocultural, econômica e política podemos remetê-lo?

As respostas poderiam ser quantitativa e qualitativamente diversas, porém, é necessário reconhecer a singularidade do desafio: distinguir a diferença das culturas, das memórias, das histórias e do contexto vivido dos sujeitos envolvidos no processo educativo. E, assim, portanto, o reconhecimento da pluralidade identitária de grupos e lugares poderá promover a elaboração de um projeto que instaure o processo de modernização e humanização do local e, porque não, de democratização identitária e política.

Em outras palavras, a convivência e projeção de convívio de uma comunidade, dependem do grau de sua participação política, pautada em princípios democráticos e representativos. Assim, é possível vê-la como participe de planejamentos e decisões políticas e culturais, articulados numa rede de representações decisórias e numa totalidade social que dizem respeito a ela. A comunidade participante e ativa nos planejamentos e decisões políticas e culturais articulados numa rede implica o reconhecimento e respeito da cultura como vivência e prática.

A cultura problematizada sob esses dois significados nos remete à cultura como prática. Portanto, a cultura e a educação se encontram numa relação de ambivalência, porém devemos partir do entendimento de que, na prática, as instituições oficialmente concebidas como culturais, em seu *projeto de cidade*, deveriam se preocupar, entre outras tarefas, com a preservação patrimonial, com o reconhecimento da pluralidade cultural e com o diálogo multicultural, motivadores do desenvolvimento de uma dialética das identidades, com fomento a iniciativas de construção de espaços e atividades socioculturais, incluindo debates com os diversos segmentos comunitários sobre as aproximações e distanciamentos entre cultura-tradicionalismo-educação e história-memória-patrimônio.

Entre os caminhos possíveis, a educação e a pesquisa histórica significam possibilidades de democratizar os elementos de identificação, portanto, de dar poder de pertencimento e de decisões aos diversos grupos sociais que constroem a cidade.

Com relação à pesquisa histórica, à questão regional, no que se refere à história regional-local, destacando-se os procedimentos metodológicos e a função didática do conhecimento produzido, colocamos algumas proposições: a) é um método eficaz, que pode colocar em questão as grandes teorias (e abordagens macro sociais generalizantes e homogenizadoras), pois, a partir de seu objeto, que é sempre uma articulação complexa de relações em espaços e em tempos determinados, torna-se possível identificar as continuidades e descontinuidades nos processos de mudança (sócio histórica), bem como pela sua capacidade de fazer aflorar o específico, o próprio, o particular; b) a região, percebida como procedimento metodológico no que se refere às estratégias de trabalho através da complementaridade, entre a analítica e a hermenêutica, potencializa a produção de um conhecimento histórico resultante do entrelaçamento entre os aspectos estruturais (econômico-político/físico-geográficos) e os aspectos subjetivos (crenças, valores, símbolos/socioculturais), capazes de caracterizar e definir uma região; assim, o recorte será estabelecido pelo próprio objeto de investigação através de sua problemática, cuja configuração será interna e não externa; assim, também suas fronteiras, necessariamente, não coincidirão com as fronteiras físicas e político-administrativas.

O estudo da região deve, portanto, ter por suporte como questão central à conceituação de região o tempo, pois a região não é o espaço em si, mas, sim, a sua temporalidade. Nada há no espaço que não seja produto histórico das determinações sociais. Nesse sentido, a análise regional é vista numa relação entre espacialidade e uma dialética temporal contraditória, ou seja, um espaço sob cujos aspectos físicos revela-se uma circularidade temporal, pois esse espaço incorpora várias dimensões (culturais, econômicas, políticas) de relações sociais, determinadas pela totalidade em que está inserido e pelas suas próprias, como também de influências recíprocas

Nesse contexto, a educação escolar é uma tarefa que exige um repertório teórico-prático e um projeto específico. Assim, ela deve começar discutindo sobre as concepções e as práticas curriculares, que trazem princípios teórico-metodológicos e conteúdos de ensino, fruto de uma seleção efetuada em determinada cultura. Para tal, faz-se necessário conhecer as diversidades contextuais, donde advêm as necessidades de orientação dos grupos sociais e os projetos pedagógicos já iniciados historicamente pelas comunidades envolvidas.

Nesse sentido, e concluída esta ordem de reflexões, indicamos algumas questões em torno da educação, como protocolo mínimo à proposição de políticas

públicas para a instalação de um processo de resignificação curricular. A educação, como processo dinâmico e permanente que uma sociedade efetiva histórica e cotidianamente, está presente em todas as ações que envolvem relações de socialização. Portanto, a função social dos conhecimentos e das práticas políticas deveriam se tornar preocupação comum às instituições culturais e às instituições educacionais e ser questionada no momento de pensar um projeto de cidade. No entanto, o que vemos é pouca clareza ou inexistência de um projeto próprio que diga respeito à história e à cultura da sociedade que lhe é endereçado. Por outro lado, visualizamos muitas recepções de projetos curriculares, históricos e culturais pedagógicos que foram pensados de forma endógena.

Seguindo essa perspectiva, pensar os saberes e os fazeres das práticas educativas – no projeto de cidade frente aos desafios colocados pela sociedade moderna – pressupõe refletir sobre a relação entre história, cultura e educação, como tarefa da didática da história, pois pensamos que, conforme seu desenvolvimento é possível teorizar e propor currículos de história e projetos de educação patrimonial fundamentados numa dimensão social, política, técnica, cultural e prospectiva, resignificando e correspondendo às necessidades e desafios da história experiência. Isso implica uma escolha metodológica à transposição didática e à opção dos espaços de aprendizagem⁵.

Assim, considerando as situações de ensino de história e de educação patrimonial numa perspectiva plural de recursos, de espaços, de instrumentos e de estratégias, parece-nos que outras possibilidades de se aprender história se agregam ao espaço escolar. A escola precisa, entretanto, reconhecer que há outras opções de situações, de recursos didáticos e espaços de memória, tais como: história oral; fontes iconográficas, estéticas, demográficas, eleitorais, religiosas, festivas e oficiais; excursões arqueológicas; museus, teatros, arquivos, município – cidade, bairros, distritos, avenidas, ruas, parques/praças, pontes, monumentos, prédios “históricos”; cemitérios – imprensa, bibliotecas, centros culturais, festas religiosas, tradição, lendas, etc.

Nesse processo, do ensino de história e da transposição didática, portanto, da história a ser ensinada, num dos pontos iniciais, pode se circunscrever a demarcação da trajetória da situação didática. Assim, implicando metodologicamente numa situação didática, dois momentos, cada um com especificidades próprias e todos interligados entre si. O primeiro momento consiste em definir sobre que demarcação e

⁵ A título de exemplificação, destacamos algumas atividades desenvolvidas pelo Curso de Graduação e PPGH da Universidade de Passo Fundo desde 2011, com o objetivo de articulação entre graduação, pesquisa e extensão: Projeto de Extensão Momento Patrimônio, Oficinas de Educação Patrimonial nas escolas e Curso EaD Pesquisa em história Regional na Escola para professores do ensino básico. Verificar: www.historiaupf.blogspot.com.br.

concepção temporal, espacial e conceitual pretende-se focar o conhecimento histórico e, como segundo momento, sob que problematização temática se efetivará a situação didática. Devemos considerar que a problematização temática só adquirirá significado pautado na história experiência e nas hipóteses postas pelos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, uma possibilidade seria a proposta de ensino de história por temas geradores, por eixos temáticos, por projetos, pela educação patrimonial (patrimônio histórico e cultural), como estrutura curricular ou como estratégia metodológica ao ensino da história local e regional.

Para finalizar, provisoriamente, o debate aqui proposto em torno da história, patrimônio e cidade como questão política, primeiramente, entendemos que é necessário ser reconhecido como tal e, também, queiramos ou não, as correlações de força e poder acontecem quando elaboramos o conhecimento histórico e o ensinamos, aplaudimos ou ignoramos as festas comemorativas que vigiam memórias. Em segundo lugar, quando se trata de identidade e de lugar, é necessário o entendimento da importância de análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática, pois, de acordo com Bordieu (1989, p. 136), as classificações práticas estão sempre subordinadas as funções de orientadas para a produção de efeitos sociais. Nesse sentido, não se deve esquecer que as práticas sociais são atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, portanto, são focos de tensão capazes de colocar a cidade em perspectiva através do estudo da história local e regional e sua didática, e também da educação patrimonial.

BIBLIOGRAFIA

BACZKO, B. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.5. Porto: Casa da Moeda, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*. 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/FileDetails.aspx?IDFile=146121>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: **Textos escolhidos: os pensadores**. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: KHOURY, Yara Aun. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez. 1993.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989 v. 2, n. 3.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.